



## O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR NA VISÃO DE HANNAH ARENDT

Silas Daniel dos Santos (PROASE - EERP/USP)<sup>1</sup>  
[silaspsi@ig.com.br](mailto:silaspsi@ig.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo propõe-se a fazer uma reflexão sobre violência escolar a partir da obra da filósofa política alemã Hannah Arendt, como consequência de seu pensar sobre a liberdade. Hannah Arendt já alertara para a falta de grandes estudos sobre o fenômeno da violência e a consequente banalização do conceito. Segundo Arendt, a violência caracteriza-se por sua instrumentalidade, distinguindo-se do poder, do vigor, da força e, mesmo, da autoridade. A política constitui-se o horizonte de interpretação da violência, que não é nem natural, pessoal ou irracional. A violência contrapõe-se ao poder: de forma que onde domina um absolutamente, o outro está ausente. A reflexão de Hannah Arendt sobre violência fornece um referencial teórico, a partir da filosofia política, para entender o fenômeno na sua complexidade e amplitude. Percebe-se, igualmente, como o pensamento de Arendt funda um caminho de ação no campo da educação em vista de uma intervenção na realidade de violência social. Uma educação que não efetiva o discurso e a ação, onde os sujeitos não são protagonistas, isto é, detentores da palavra e autônomos em seu agir, é uma educação que perpetua e reitera a violência dentro e fora dela.

**Palavras-chave:** violência, violência escolar, Hannah Arendt.

**ABSTRACT:** This article proposes to make a reflection on school violence from the work of the German political philosopher Hannah Arendt, as a consequence of his thinking about freedom. Hannah Arendt already alerted to the lack of large studies on the phenomenon of violence and the ensuing trivialization of the concept. According to Arendt, violence is characterized by its instrumentality, distinguishing of power, force, strength, and even authority. The policy constitutes the interpretation horizon of the violence that is neither natural, personal nor irrational. The violence is opposed to power: where one absolutely dominates, the other is absent. Hannah Arendt's reflection on violence provides a theoretical framework, from political philosophy, to understand the phenomenon in its complexity and scope. It is clear, also, as the Arendt's thought establishes a course of action in the education field in order to intervene in the reality of social violence. An education that is not effective in discourse and action, where the subjects are not protagonists - holders of the word and autonomous in their acts -, is an education that perpetuates and reiterates violence, inside and outside itself.

**KEYWORDS:** violence, school violence, Hannah Arendt.

---

<sup>1</sup> *Silas Daniel dos Santos - Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Especialista em Didática e Planejamento do Ensino Superior pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Licenciado em Letras Português e Inglês pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Bacharel em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Núcleo de Estudos, Ensino e Pesquisa do Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar- PROASE da EERP/USP.*



## Introdução

A violência nas escolas desconstrói representações sociais fundantes de infância e da própria escola como local de formação, de conhecimento, de educação, de diálogo, de ética. Os estudos de Abramovay, Cunha e Calaf (2009) mostram que os estudantes formam o grupo que mais está envolvido com a violência nas escolas, seja como agressores ou como vítimas e que as brigas são as manifestações perceptíveis mais corriqueiras e que mais banalizam a violência. As autoras sugerem e apontam alternativas de ação e prevenção bem sucedidas que priorizam a construção de uma cultura de paz, o desenvolvimento de atitudes democráticas, a participação, a valorização e o diálogo com os protagonistas e os atores das comunidades locais e a busca de soluções para o problema na coletividade.

Neste cenário, as contribuições da obra da filósofa Hannah Arendt tem muita relevância na discussão sobre a violência. Para Arendt, educar é acolher as crianças em um mundo que existe antes de seu nascimento, mas que será renovado pelas novas gerações (ARENDDT, 2001). Além disso, a educação deve contribuir para que as crianças desenvolvam sua singularidade. Arendt (2005) traça um percurso sociopolítico da antiguidade clássica (greco-romana) à sociedade moderna em que analisa as atividades que desempenhamos e que fazem parte de nossas vidas enquanto seres humanos. Dessas atividades, derivadas da sua releitura do conceito de Vita Activa: o trabalho e a ação, tomam-se como central a ação. Agir significa iniciar, tomar iniciativa, começar. Ser capaz de agir confere ao homem a característica do inesperado, a singularidade, a possibilidade de realizar o improvável. Ação e discurso estão estreitamente relacionados. Sem o discurso a ação deixaria de ser ação, pois é através da palavra que o ator se identifica, se revela, significa o seu ato e a sua intenção. A ação é a atividade política por excelência e o discurso é o que faz do homem um ser político.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si [...] Se não fossem diferentes [...] os



homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender (ARENDR, 2005, p. 188).

## 1. O Conceito de violência em Arendt

Hannah Arendt (2009), ao apresentar o conceito de violência, destaca a falta de grandes estudos sobre o fenômeno e a consequente banalização do conceito:

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a "violência" nem sequer merece menção.) Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos "sempre fortuitos, nem sérios nem precisos" (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal (ARENDR, 2005, p. 23).

Arendt (2001) discute o tema da violência começando pelo processo histórico da mudança do privado para o público, como elemento pré-político ou anterior ao surgimento da pólis. A violência está presente no trabalho humano, no processo de reificação, e é possível constatar elementos de violência no processo de fabricação: "... o homo faber, criador do artifício humano, sempre foi um destruidor da natureza" (p. 152).

No contexto de incertezas provocadas pela Guerra Fria, em 1961, Arendt publicou em uma de suas obras, "Entre o passado e o futuro", em que apresenta um conjunto de inquietações no qual sustenta sua reflexão política no século XX. Dentre as tantas questões abordadas por Arendt estão a liberdade, a autoridade, a crise da educação e da cultura. Aborda a antiga confusão de poder com violência, critica a tese marxista de que a violência é a parteira da história e estabelece a distinção entre autoridade e violência, obediência e coerção.



Arendt toma o problema da liberdade como chave hermenêutica de seu pensamento, no qual é possível localizar o problema da violência, e desenvolve esse conceito no decorrer de sua obra. A revolta estudantil de 1968 e os movimentos de libertação da América e África intervieram como elementos provocadores para sua sistematização sobre o tema. “Sobre violência”, publicada em 1969, é por ela definida como uma investigação acerca “da natureza e das causas da violência”.

Arendt ressalta que o termo violência está relacionado com muitas implicações e por vezes há confusão na utilização do mesmo: “Penso ser um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia sobre violência não distinga entre palavras-chave tais como ‘poder’ (power), ‘vigor’ (strenght), ‘força’ (force), ‘autoridade’ e, por fim, ‘violência’ – as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes” (ARENDDT, 2009, p. 59).

Não se trata, no seu entender, de apenas uma questão de imprecisão na linguagem, mas de uma forma de impostar a própria política e seu significado e transcendência. Os termos ‘poder’, ‘vigor’, ‘força’, ‘autoridade’ e ‘violência’ são tomados como sinônimos, porque têm, na compreensão comum, a mesma função, isto é, indicar quem domina quem. É necessária uma mudança de percepção - deixar de reduzir o público à questão do domínio - para que a precisão conceitual se manifeste.

Para a autora, o termo ‘violência’ distingue-se por seu caráter instrumental. Meios, implementos, instrumentos, ferramentas, são alguns dos substantivos usados pela autora. Assim, com o propósito de multiplicar o vigor natural, a violência aproxima-se fenomenologicamente do vigor.

Embora Arendt faça estas distinções, entendendo-as como não sendo arbitrárias, diz que não se referem a “compartimentos estanques no mundo real [...]”. Assim, o poder institucionalizado em comunidades organizadas frequentemente aparece sob a forma de autoridade, exigindo reconhecimento instantâneo e inquestionável; nenhuma sociedade poderia funcionar sem isso” (2009, p. 63).



## 2. A desmistificação da violência

Além da revisão conceitual, outra contribuição do pensamento arendtiano para o conceito de violência é o processo de desmistificação, que pode ser compreendido em três dimensões: a desnaturalização, a despersonalização e a desdemonização.

Arendt discute, especialmente com Nietzsche e Bergson, acerca do que ela chama de ‘justificação biológica da violência’. Estes pensadores atribuem ao poder uma dimensão expansionista natural e uma necessidade interna de crescer. A ação violenta, neste contexto, é explicada como uma estratégia para conceder ao poder novo vigor e estabilidade. A autora contesta esta posição, afirmando que “nada poderia ser teoricamente mais perigoso do que a tradição do pensamento organicista em assuntos políticos, por meio da qual poder e violência são interpretados em termos biológicos”. Sustenta que

nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital, eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo. (ARENDR, 2009, p. 94).

Assim, a autora descarta as metáforas orgânicas da violência como doença da sociedade. A desnaturalização do fenômeno da violência, para a autora, é sua recusa em associar o processo histórico com a luta pela sobrevivência e a morte violenta no reino animal e de abrir mão do significado da política enquanto determinação do humano.

Além da desnaturalização, Arendt contribui, igualmente, para despersonalizar a violência, uma vez que não atribui a ela nem uma potencialidade de sujeito, mas apenas instrumental. “Ela não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública” (ARENDR, 2009, p. 99). É, essencialmente, reação ao decréscimo do poder, e não princípio de ação.



Como instrumental e mediática, a violência é detentora de certa racionalidade, à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. Em virtude de sua instrumentalidade, a violência perde o caráter mágico ou demoníaco, que comumente lhe são atribuídos. “A violência não é nem bestial nem irracional – não importa se entendemos estes termos na linguagem corrente dos humanistas ou de acordo com teorias científicas” (ARENDDT, 2009, p. 81). Arendt constata que o fato de agir com rapidez deliberada não torna o ódio ou a violência irracional.

Pelo contrário, na vida privada como na vida pública, há situações em que a própria prontidão de um ato violento pode ser um remédio apropriado. O ponto central [...] é que, em certas circunstâncias, a violência – o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as consequências – é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça. [...] Neste sentido, o ódio e a violência que às vezes – mas não sempre – o acompanha pertencem às emoções “naturais” do humano e extirpá-las não seria mais do que desumanizar ou castrar o homem (2009, p. 82).

Ao se referir à violência, a autora destaca que é preciso situá-la no contexto, pois tomar todos os gestos dos humanos de forma isolada pode constituir-se em violência, por não ter presente o ser humano como um todo.

### **3. A violência em contraposição com a política e o poder**

É o ponto mais original da reflexão sobre violência de Hannah Arendt, que não se limita a revisar conceitos ou afastar compreensões equivocadas, mas propõe um núcleo estável capaz de aniquilar ou diminuir o efeito da violência: o poder e a política. Arendt (2009) reluta em associar violência com o poder ou com o Estado. Segundo a autora, o poder é de fato a essência de todo o governo, e não a violência. Desta maneira, recusa toda tradição anterior em equacionar o poder político com a organização dos meios de violência e o consenso em aceitar que a violência é a mais flagrante manifestação de poder. Sua argumentação se processa no sentido de refutar afirmações como a de Wright Mills – “Toda política é uma luta pelo poder, a forma básica de poder



é a violência" –, de Max Weber – “O domínio do homem pelo homem baseados nos meios de violência legítima” – ou de Bertrand de Jouvenel – "Para aquele que contempla o desenrolar das eras, a guerra apresenta-se como uma atividade que pertence à essência dos Estados" (ARENDDT, 2009, p. 51-52).

É na análise da gênese histórica do político - a concepção grega de poder - que encontra o argumento mais sólido para dissolver os nexos entre poder e comandar, poder e obedecer. Na isonomia grega e na civitas romana, o conceito de poder não se assentava na relação mando-obediência e não identificava poder e domínio. Viver numa pólis tinha o significado de decidir mediante palavras e persuasão, e não através da força ou da violência. Forçar alguém mediante violência, ordenar em vez de persuadir, constituíam modos pré-políticos de lidar com as pessoas, próprios do lar e da vida em família, “na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização doméstica” (ARENDDT, 2009, p.36). Assim, a autora não apenas diferencia poder e política de violência, mas coloca-os em espaços contraditórios: “Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder” (ARENDDT, 2009, p.73).

Arendt aprofunda esta oposição, conferindo à violência, em virtude de sua natureza instrumental, apenas justificação pelo fim que almeja, mas nunca legitimação, própria do poder porque derivado de comunidades políticas:

O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa seguir-se. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro (2009, p. 69).

Ao tratar poder e violência como mutuamente exclusivos, de forma que onde domina um absolutamente, o outro está ausente, Arendt chama a atenção para a instrumentalização da ação e a degradação da política.



A instrumentalização da ação significa a transferência do processo de fazer, determinado pela categoria meio-fins, próprio do trabalho, para o campo político da ação. Em virtude da condição humana da pluralidade, a ação é sempre imprevisível e incerta. Substituindo-a pela fabricação, a humanidade abandona a fragilidade dos negócios humanos para a solidez da tranquilidade e da ordem. A violência desempenha papel importante no pensamento e planos políticos baseados na interpretação da ação como fabricação. Porém a esfera da ação política não trabalha com meios e fins.

No entanto, “a instrumentalização da ação e a degradação da política jamais chegaram a suprimir a ação, a evitar que ela continue a ser uma das mais decisivas experiências humanas nem a destruir por completo a esfera dos negócios humanos” (ARENDRT, 2001, p. 242). Desta forma, mesmo reconhecendo a fragilidade do poder em face da violência, Hannah Arendt dá àquele um lugar insubstituível em face desta: “A violência é capaz de destruir o poder, mas nunca de substituí-lo” (2001, p. 214). Nem mesmo poderá reconstruí-lo ou recuperá-lo: “A violência não reconstrói dialeticamente o poder. Paralisa-o e o aniquila” (2009, p. 12).

Nesse sentido, pensar o contexto da escola, que vive as consequências dos princípios da modernidade, implica em incluir as questões apresentadas pelo pensamento arendtiano no que a autora se refere como ‘negócios humanos’; a saber, o aprofundamento do conceito de violência e por consequência a desmistificação deste, bem como o entendimento da relação de poder e violência. Ao lado disso, é importante incluir outros fios como princípios e valores para pensar a escola, por exemplo, o princípio da não violência.

## **Conclusão**

Entendendo-se a escola como instituição social e a educação como fenômeno sociopolítico, a teoria arendtiana traz relevante contribuição para a compreensão da violência escolar, ressignificando as possibilidades de ação, participação política e





exercício democrático no interior das unidades escolares contemporâneas. Esta contribuição aponta caminhos e alternativas para lidar com a questão da violência nas escolas na medida em que espera-se que quanto mais democrático for o processo de gestão praticado em uma escola, maiores serão as possibilidades de diálogo, ação, participação e consenso e menor será a ocorrência de casos de violência.

Para a Arendt, os adultos devem assumir a responsabilidade de conduzir as crianças por caminhos que elas desconhecem.

“A escola não é de modo algum o mundo, nem deve ser tomada como tal; é antes a instituição que se interpõe entre o mundo e o domínio privado do lar.” (ARENDR, 2001).

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, Brasília, 2009.

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Recebido Para Publicação em 30 de janeiro de 2013.

Aprovado Para Publicação em 01 de março de 2013.